



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME - CEDRO-CE

LEI Nº 232/2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CEDRO

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

Dispõe sobre as Normas de Organização do Ensino Fundamental, Credenciamento das Instituições de Ensino Fundamental, Autorização e Reconhecimento do curso, bem como sobre a renovação do Credenciamento e Reconhecimento das escolas do Sistema Municipal de Ensino de Cedro e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Educação de Cedro, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista definir as normas de organização do Ensino Fundamental no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e disciplinar o Credenciamento das Instituições e Ensino Fundamental, a Autorização e o Reconhecimento do curso e a renovação do credenciamento e Reconhecimento.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 1º. O Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, como direito público subjetivo a partir dos seis anos de idade e para aqueles que não tiveram acesso a ele na idade própria.

Parágrafo único. A matrícula no primeiro ano do Ensino Fundamental deverá ser realizada a qualquer tempo do ano letivo e se destina, também, às crianças que completarão seis anos até 31 de março. Deverão ser contempladas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

inclusive, as que completarem sete anos de idade no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 2º. A organização do Ensino Fundamental, com duração de nove anos, instituída pela Lei Federal Nº 11.274/2006, estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais.

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Ensino de Cedro adotará a nomenclatura “ano”, ficando a organização do Ensino Fundamental definida como a sequência que compreende do primeiro ao nono ano.

Art. 3º. O Ensino Fundamental será organizado de acordo com as seguintes regras:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas em, no mínimo, duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais e de recuperação, quando houver;

II - organizar-se-á em anos iniciais (primeiro ao quinto) e anos finais (sexto ao nono), com base na idade e em outros critérios do desenvolvimento humano, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, em consonância com as normas do Sistema Municipal de Ensino de Cedro.

§ 1º A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá, pelo menos, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, conforme Lei Nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º A Classificação em qualquer ano, exceto o primeiro do Ensino Fundamental, poderá ser feita:

I - por promoção, para estudantes que cursaram, com aproveitamento, o ano na própria escola;

II - por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

III - independente de escolaridade anterior, mediante avaliação feita pela escola, classificação e reclassificação dos estudantes, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano adequado, conforme regulamentação do Sistema Municipal de Ensino de Cedro.

§ 3º - Os estudantes acima de oito anos de idade e os que nunca frequentaram a escola poderão ser matriculados mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano adequado.

§ 4º - Estão ressalvados os casos de ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas pela Lei N° 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB que serão tratados em Resolução específica.

§ 5º - O Calendário Escolar poderá adequar-se às peculiaridades da instituição de ensino, em consonância com as normas do Sistema Municipal de Ensino de Cedro.

Art. 4º. Entende-se por Instituição de Ensino Fundamental Municipal todas as escolas criadas e mantidas pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 5º. O Ensino Fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 6º. A avaliação deverá ser um instrumento a serviço da aprendizagem, que realmente todo o processo de planejamento do ensino, tendo a função de diagnosticar, acompanhar e possibilitar o desenvolvimento do estudante, de acordo com objetivos definidos no artigo anterior.

Art. 7º. O processo de avaliação de aprendizagem do estudante deverá ser contínuo, processual e sistemático, com prevalência dos aspectos qualitativos e quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais e com base no desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor e social do estudante, a partir dos seguintes pressupostos:

I – Ser observatório do caminho percorrido, da construção e tentativas dos progressos, avanços e dos resultados alcançados pelo estudante, ressaltando suas dúvidas, sem focar apenas em resultados ocasionais;

II – Ser realizado continuamente a favor e a serviço do estudante, respeitando sua caminhada e ritmo;

III – Considerar os erros como parte da aprendizagem, transformando-os em situação de retomada e estímulo no processo;

IV – Ser instrumento de aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem, observando a relação entre os objetivos especificados no Artigo 5º desta Resolução e os resultados alcançados, subsidiando as decisões sobre intervenções que serão necessárias para a promoção da aprendizagem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

V - Ser realizado em função do que está definido no Mapa Curricular, sempre considerando as habilidades e competências a serem adquiridas pelo estudante.

Art. 8º. deverá ser garantida a possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com distorção idade/ano, promovida pela escola e/ou sistema de ensino, mediante acompanhamento sistemático e intervenção pedagógica através de projetos, programas e atividades interdisciplinares.

§ 1º - Possibilitar avanço nos anos mediante avaliação do aprendizado e o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

Art. 9º. Serão obrigatórios os estudos de recuperação paralelos ao período letivo e simultâneo ao processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo Único - Nos casos em que a recuperação paralela não for satisfatória, recomenda-se a prorrogação de estudos (recuperação final) obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) primeira etapa: dez dias de aulas dos conteúdos básicos das disciplinas em que o estudante não obteve êxito com realização de atividades de avaliação. O educando com aprendizagem satisfatória será considerado promovido;
- b) segunda etapa: os estudantes que não apresentarem aprendizagem satisfatória na primeira etapa terão, no mínimo, oito dias de estudo orientados em domicílio, e dois dias para ser avaliados na escola.

Art. 10. Os Estudos de Recuperação deverão considerar os seguintes procedimentos a serem adotados pelo professor:

- I - metodologia adequada às dificuldades de aprendizagem constatadas;
- II - revisão da parte do conteúdo curricular em que o estudante apresentou dificuldade;
- III - acompanhamento e orientação individualizados ou em grupos de estudantes com dificuldades similares;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

IV - desenvolvimento de atividades para aquisição de habilidades, quando se aplicar ao caso;

V – desenvolvimento de estratégias, podendo adotar processos pedagógicos diversos, como pesquisas, estudo de módulos, trabalhos individuais ou em grupos, leituras complementares, relatos de experiências e outras atividades que entender necessárias e adequadas ao aprimoramento da aprendizagem do estudante.

Art. 11. A forma de avaliação dos estudos de recuperação poderá ser escrita ou oral, de acordo com o critério definido pelo professor, que deverá considerar sempre, nessa escolha, a natureza, o grau e a abrangência do conhecimento, objeto da avaliação, e as possibilidades de aprendizagem do estudante.

Parágrafo único – O resultado dos Estudos de Recuperação, se satisfatório, deverá ser registrado no Relatório e/ou ficha individual do estudante, e prevalecerá sobre aquele obtido durante o bimestre, semestre ou período letivo.

Art. 12. Os estudos de recuperação poderão ser realizados por outra instituição de ensino, desde que seja comprovada a mudança de domicílio do estudante, ou por outra razão de transferência, que o interesse do processo ensino aprendizagem assim justificar.

Parágrafo Único – Para realizar estudos de recuperação em outra Instituição de ensino, o estudante deverá apresentar transferência expedida pela instituição de origem.

Art. 13. O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu Regimento, sendo exigida a frequência mínima de 75% do total de horas anuais letivas para aprovação.

Art. 14. A organização do número de estudantes por turma no Ensino Fundamental obedecerá à seguinte composição:

I - primeiro ano: até 20 (vinte) estudantes;

II - segundo ano: até 20 (vinte) estudantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

III – terceiro ano: até 20 (vinte) estudantes;

IV – quarto e quinto anos: até 25 (Vinte e Cinco) estudantes;

V - sexto ao nono ano: até 35 (trinta e cinco) estudantes.

§ 1º - Será permitido o acréscimo de no máximo 10% no número de estudantes matriculados por turma a partir da composição acima, quando a realidade assim exigir.

§ 2º - O número de estudantes por turma deverá levar em conta a área física da sala de aula considerando 1m² por estudante, e não poderá ter 02 (duas) turmas de mesmo ano com número inferior a 10 (dez) estudantes, considerando que a capacidade do espaço físico seja adequada.

Art. 15. Nas turmas em que houver estudantes com deficiência ou transtorno do desenvolvimento global, o número de estudantes deverá ser reduzido, considerando a seguinte composição:

§ 1º O número máximo de estudantes com deficiência, superdotação ou transtorno global do desenvolvimento poderá ser até 02 (dois) estudantes por turma.

§ 2º Para cada estudante com deficiência, superdotação ou transtorno global do desenvolvimento, o número máximo de estudantes previstos nos incisos I a IV do artigo 14 deverá ser reduzido em 02(dois) estudantes;

§ 3º Será objetivo permanente da Secretaria Municipal de Educação e instituições de ensino garantir a relação adequada entre número de estudantes e o de professor, a carga horária e as condições materiais dos estabelecimentos de ensino.

CAPÍTULO IV

DO CURRÍCULO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

Art. 16. O currículo do Ensino Fundamental deverá ter uma base nacional comum, a ser complementada, por uma parte diversificada, como prescreve a Lei N° 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, propiciando a realização de projetos e atividades de interesse da comunidade escolar e seu entorno.

Art. 17. Deverão ser consideradas as seguintes diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental:

I - no desenvolvimento de suas atividades curriculares, as instituições de ensino deverão nortear as suas ações pedagógicas considerando os seguintes aspectos:

- a) a construção de princípios éticos de responsabilidade, solidariedade, autonomia, democracia, respeito ao bem comum e à diversidade sexual, étnico-racial, religiosa, política, dentre outras;
- b) o desenvolvimento de princípios referentes a direitos, deveres e cidadania, a razão crítica e à ordem democrática;
- c) os princípios estéticos da sensibilidade, criatividade e diversidade de manifestações artísticas e culturais.

II - a vivência da proposta pedagógica, a ser definida pela escola, deverá considerar a identidade social e individual de seus estudantes, professores, demais profissionais e comunidade do entorno;

III - as instituições de ensino deverão compreender que as aprendizagens são constituídas pelas interações dos processos cognitivo, afetivos, sociocultural, decorrentes das relações entre as diferentes identidades dos diversos atores do contexto escolar.

Art. 18. O Sistema Municipal de Ensino de Cedro deverá adequar a sua proposta curricular para atender às necessidades de aprendizagem dos estudantes, com foco:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

I - no domínio dos conhecimentos, habilidades e competências essenciais à aprendizagem, com ênfase na leitura, escrita, expressão oral, cálculo, capacidade de resolução de problemas e elaboração de projetos de intervenção na realidade;

II - no domínio de conhecimentos conceituais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas, afetivas e sociais, considerando valores e atitudes fundamentais para o indivíduo em particular e para a convivência social.

§ 1º Os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma contextualizada, inter e transdisciplinarmente, buscando sempre a compreensão local e global da realidade, por parte dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação deverá adotar providências em relação à adequação da proposta curricular, de modo que esta venha a atender às características e necessidades das crianças de seis anos ingressos no primeiro ano e devidas adequações dos demais conteúdos dos anos subsequentes do Ensino Fundamental.

Parágrafo Único – O currículo do Ensino Fundamental deverá também se adequar a Nova Base Curricular Comum Nacional determinada pela Lei 13.005/2014 do PNE.

CAPÍTULO V

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 19. A proposta pedagógica das Instituições de Ensino Fundamental deverá se fundamentar numa concepção de educação que vise o desenvolvimento integral do estudante, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania, a compreensão do mundo do trabalho, do ambiente natural, social e cultural e para progressão nos estudos.

§ 1º - Na elaboração da proposta pedagógica será assegurado à instituição de ensino, na forma da Lei, o respeito aos princípios do pluralismo de ideias e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

de manifestações socioculturais e de concepções pedagógicas, em consonância com a Lei N° 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Art. 24, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes do Sistema Municipal de Ensino de Cedro.

§ 2º - As instituições de ensino deverão adequar sua proposta pedagógica e Regimento Escolar, considerando a organização do Ensino Fundamental e as orientações desta Resolução.

Art. 20. Compete às instituições de ensino elaborar e executar suas propostas pedagógicas, com a participação da comunidade escolar interna e externa, especificando:

- I - as concepções de educação, homem e sociedade;
- II - os fins e objetivos da proposta;
- III - as concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação;
- IV - as características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;
- V - os espaços físicos, instalações e equipamentos;
- VI - a relação do pessoal, especificando cargos e funções, habilitação e níveis de escolaridade;
- VII - o regime de funcionamento;
- VIII - a organização do trabalho escolar (forma de organização do ensino, níveis, etapas e modalidades oferecidas);
- IX - o processo de acompanhamento e avaliação das aprendizagens do estudante e a avaliação institucional;
- X - o calendário escolar;
- XI - o cronograma das reuniões pedagógicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

XII - a proposta de articulação da Instituição com a família e a comunidade;

XIII - a articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental;

XIV - o processo de elaboração do Regimento Escolar;

XV - o programa de formação continuada para os docentes; XVI - a matriz curricular.

Parágrafo único. As instituições de ensino deverão trabalhar em clima de cooperação com todos da comunidade escolar para que haja condições favoráveis ao planejamento participativo, execução compartilhada, avaliação integrada e aperfeiçoamento das estratégias educacionais, bem como o uso adequado do espaço físico, do horário e calendário escolar, na forma dos artigos 12 a 14 da Lei N° 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

CAPÍTULO VI

DO REGIMENTO ESCOLAR

Art. 21. O Regimento Escolar é o documento legal que define a natureza e finalidade da instituição de ensino, bem como as normas que regulam seu funcionamento.

Parágrafo único. O Regimento da escola deve considerar que esse instrumento expressa o código de ética e as vontades compartilhadas e negociadas no coletivo, explicitando os interesses comuns da instituição e de sua comunidade educativa.

Art. 22. Compete à instituição de ensino, com a participação de toda comunidade escolar, elaborar, discutir, aprovar e executar seu Regimento, considerando:

I - a identificação da instituição de Ensino Fundamental (natureza, fins e objetivos);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

II - a estrutura organizacional da instituição (Direção, Conselho Escolar, Secretaria, Pessoal Administrativo, Corpo Docente, Discente, Grêmios Estudantil, Serviços Gerais e outros);

III - o funcionamento (organização, matrícula, proposta curricular, atividades escolares, planejamento pedagógico, sistemática de avaliação, frequência, transferência, classificação, reclassificação e recuperação de estudos);

IV - as normas de convivência;

V - as disposições gerais e transitórias do Regimento.

Parágrafo único. As determinações estabelecidas no inciso III deste artigo deverão estar de acordo com a Lei N° 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR

Art. 23. O acompanhamento e avaliação da instituição de ensino compreendem os processos de Credenciamento, Autorização, Reconhecimento e Avaliação sistemática do funcionamento dessas instituições e monitoramento dos indicadores de resultado do trabalho escolar.

§ 1º - As ações de acompanhamento e avaliação escolar, referidas no caput desse artigo, são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação junto às instituições de ensino, que deverá encaminhá-las ao Conselho Municipal de Educação de Cedro para os respectivos processos.

§ 2º - Compete a Secretaria Municipal de Educação a definição e implementação dos procedimentos de acompanhamento e avaliação escolar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

na perspectiva do aprimoramento da qualidade do processo educacional, no que se refere:

I - ao cumprimento da legislação vigente;

II - à execução da proposta pedagógica;

III - às condições de matrícula e permanência dos estudantes do Ensino Fundamental;

IV - ao processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto na proposta pedagógica da instituição de Ensino Fundamental e o disposto nesta Resolução;

V - à qualidade dos espaços físicos, instalações, equipamentos e adequação as suas finalidades;

VI - à regularidade dos registros de documentação e arquivo;

VII - à oferta e execução de programas suplementares de material didático-pedagógico, transporte e alimentação nas instituições de Ensino Fundamental;

VIII - à articulação da escola com a família e a comunidade;

IX - ao favorecimento da participação em processos de formação continuada e/ou em serviço dos profissionais da escola.

CAPÍTULO VIII

DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Art. 24. Para o exercício do cargo de direção das instituições de Ensino Fundamental, será exigida a formação do gestor ou administrador escolar em curso de graduação em Pedagogia ou outra Licenciatura Plena, com pós-graduação na área de gestão ou administração escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

Parágrafo único. Será exigida, do candidato ao cargo de direção escolar, além da formação a que se refere o Caput deste artigo, experiência de, pelo menos, 02 (dois) anos de efetivo exercício em docência.

Art. 25. Para o exercício da função de coordenação pedagógica das instituições de Ensino Fundamental, será exigida a formação em curso de graduação em Pedagogia para atuar nos anos iniciais de 1º ao 5º, ou outra Licenciatura Plena, para atuar nos anos finais de 6º ao 9º.

Parágrafo único - Será exigida, do candidato à função de coordenação pedagógica, além da formação a que se refere o artigo 25 desta Resolução, experiência de, pelo menos, 02 (dois) anos de efetivo exercício em docência.

Art. 26. Os docentes deverão ter habilitação específica para os anos em que atuam no Ensino Fundamental, respeitando o disposto no Art. 62 da Lei N° 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Art. 27. A função do Secretário Escolar compreende as atividades de suporte à gestão das instituições de Ensino Fundamental.

§ 1º As atividades, a que se refere o caput desse artigo, compreendem o planejamento, a operação, o controle e a avaliação dos processos e rotinas relacionadas às pessoas, aos recursos materiais, ao patrimônio e ao sistema de informação escolar.

§ 2º - São atribuições profissionais gerais do Secretário Escolar:

I - identificar e executar, no seu nível de competência, as diretrizes constantes nos instrumentos gerenciais da instituição de ensino;

II - interpretar resultados de avaliações quantitativas e qualitativas de desempenho escolar e institucional, utilizando-os no aperfeiçoamento do processo da gestão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

III - utilizar os instrumentos do planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos referentes à pessoal, recursos materiais, patrimônio, ensino e sistema de informação.

§ 3º Para exercer a função de Secretário Escolar, será exigida formação em nível médio e curso de Secretário Escolar, devidamente reconhecido pelos órgãos normativos dos sistemas.

Art. 28. O pessoal de serviços gerais, portaria, segurança e alimentação escolar, que ingressar no Sistema Municipal de Ensino, a partir da publicação desta Resolução, deverão ter formação mínima de Ensino Fundamental incompleto, e o pessoal de apoio administrativo auxiliar administrativo- ter formação mínima de Ensino Fundamental e o agente administrativo ter formação mínima de nível médio.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação deverá promover a profissionalização ou qualificação dos profissionais de educação, em exercício nas instituições de ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino, bem como seu aperfeiçoamento continuado.

CAPÍTULO IX

DA CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 30. Entende-se por criação o ato pelo qual o Poder Público Municipal formaliza a intenção de criar e manter uma Instituição de Ensino Fundamental e se compromete a sujeitar seu funcionamento às normas do Conselho Municipal de Educação de Cedro.

Parágrafo único. O ato de criação para as instituições de Ensino Fundamental, mantidas pelo poder público, se efetiva por meio de Decreto Municipal ou equivalente.

CAPÍTULO X

DO CREDENCIAMENTO DAS ESCOLAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

Art. 31. Entende-se por Credenciamento o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação de Cedro confere a uma entidade a prerrogativa de promover o ensino, como instituição educacional, ficando seus cursos, para seu funcionamento, subordinados às normas do Sistema de Ensino do Município de Cedro.

Parágrafo único- O Credenciamento é obrigatório para as instituições do Ensino Fundamental.

Art. 32. As instituições de ensino do sistema público municipal deverão apresentar no ato do Credenciamento a seguinte documentação:

§ 1º- quanto ao aspecto legal:

- I) Ato legal de sua criação;
- II) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da Unidade Executora;
- III) comprovação de propriedade do imóvel, cessão ou contrato de locação com cláusula de renovação;
- IV) pareceres de instituições especializadas sobre condições de segurança, salubridade e acessibilidade, tais como Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde ou similares.

§ 2º - quanto ao aspecto pedagógico

- I) Projeto Pedagógico;
- II) Plano de Trabalho para a biblioteca, sala de multimeios e sala de leitura;

§ 3º - quanto ao aspecto físico:

- I – documento de identificação, contendo: endereço, código de endereçamento postal - CEP, telefone, fax e email;
- II - planta baixa do imóvel devidamente assinada por profissional credenciado, identificando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

- a) dependências para a administração, para a convivência dos professores, para a secretaria, para a biblioteca, para uso de equipamentos de multimeios, leitura, laboratórios, arquivos, cozinha e refeitório;
- b) salas de aula com limite mínimo de 1m² reservado a cada estudante, permitida a ocupação máxima de 90% da área física;
- c) bebedouros, lavatórios, banheiros, sanitários masculinos e femininos em número adequado à proporção dos estudantes matriculados, de acordo com a norma: NBR 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- d) áreas para a prática da Educação Física, esportes e arte;
- e) áreas arborizadas para recreio e convivência;
- f) planta da localização do prédio com indicação de seu entorno;
- g) fotografias da fachada e de todas as dependências, identificadas;

§ 4º - quanto ao mobiliário do prédio e material de secretaria:

I - relação quantificada do mobiliário adequado para as salas de aula e demais dependências;

II - formulários identificando a existência de relatórios de matrículas, livros para registros de resultados finais, avaliação, atas especiais para adaptação, classificação, reclassificação, aproveitamento, equivalência de estudos e recuperação; livros específicos para o Conselho Escolar; diários de classe por disciplinas e anos; fichas individuais para os estudantes; pastas em que serão arquivados os documentos dos estudantes; históricos escolares; pastas dos professores; pastas de correspondência recebida e expedida; coletânea dos documentos do Conselho Municipal de Educação de Cedro e dos demais órgãos normativos.

§ 5º - quanto aos equipamentos e materiais didáticos:

I) formulário identificando a existência de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

- a) material didático, escolar, esportivo e artístico indispensável a cada disciplina do currículo;
- b) laboratório fixo ou portátil, adequadamente equipado, que permita ao professor o ensino
- c) laboratório fixo ou portátil, adequadamente equipado, que permita ao professor o ensino prático das ciências;
- d) laboratório de informática;
- e) relação do acervo bibliográfico e de multimídia coerente com cada disciplina;

§ 6º - quanto aos profissionais da instituição de ensino:

I – apresentar relação dos profissionais da instituição de ensino com a devida habilitação, vínculo e forma de ingresso exigidos nesta Resolução, capítulo VIII, devidamente comprovadas;

II - ato de nomeação dos gestores e secretário (a) escolar.

Art. 33. O Credenciamento, com prazo de até seis anos de duração, será outorgado a uma instituição no ato da autorização ou reconhecimento de cada curso que pretenda ministrar, conforme Art. 32 desta Resolução, e extinguir-se-á com a desativação dos cursos, por descredenciamento declarado pelo Conselho Municipal de Educação de Cedro ou por caducidade.

Art. 34. Na análise da documentação para o Credenciamento da instituição, o Conselho Municipal de Educação de Cedro poderá realizar visitas para verificação, in loco, das informações fornecidas.

CAPÍTULO XI
DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

Art. 35. O Credenciamento de instituição deverá ser renovado toda vez que houver renovação de Reconhecimento de curso ou ampliação na oferta, considerando as possibilidades de atuação do primeiro ao nono ano ou modalidade de ensino.

Parágrafo único. Quando se tratar de Credenciamento para novo ano e/ou modalidade de ensino, no Ensino Fundamental, incluirá somente as partes referentes às peculiaridades da inovação.

CAPÍTULO XII

DA AUTORIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 36. Autorização é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação de Cedro permite, em caráter experimental, o funcionamento, por parte de uma instituição credenciada, de um ou mais anos do Ensino Fundamental, sendo condições para esse ato:

- I - requerimento do gestor da instituição dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cedro;
- II - comprovantes da habilitação legal, do vínculo e da forma de ingresso do grupo gestor, técnico e docente;
- III - apresentação do Regimento Escolar, Proposta Pedagógica e Matriz Curricular.

Art. 37. O processo de Autorização, ao ser protocolado no Conselho Municipal de Educação de Cedro, deverá conter relatório com parecer conclusivo da Secretaria Municipal de Educação sobre a correlação entre os documentos constantes do processo e a realidade comprovada na respectiva instituição de ensino.

§ 1º O pedido de Autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental deverá ser formulado ao Conselho Municipal de Educação de Cedro, com o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

Credenciamento da instituição, em até 90 (noventa) dias, antes do início previsto para seu funcionamento.

§ 2º A Autorização para o funcionamento, do Ensino Fundamental, poderá estender-se, no máximo, até o oitavo ano.

§ 3º A instituição credenciada somente poderá fazer funcionar o nono ano, se o curso tiver sido reconhecido pelo Conselho Municipal de Educação de Cedro, condição para validade dos estudos ministrados e, conseqüentemente, do certificado de conclusão, que tenha sido expedido.

CAPÍTULO XIII

DO RECONHECIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 38. O Reconhecimento é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação de Cedro declara, publicamente, a legalidade e idoneidade dos anos do Ensino Fundamental, ministrados pela instituição credenciada, atribuindo-lhe o pleno exercício de sua autonomia e assegurando a validade nacional dos certificados que expedir.

Art. 39. O Reconhecimento deverá ser requerido em 120 (cento e vinte) dias, antes do término concedido para Autorização, acompanhado dos seguintes documentos:

I - requerimento do gestor da instituição dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cedro;

II - cópia do Parecer de Autorização do curso;

III - cópia do Credenciamento da instituição;

IV - comprovante de entrega das Atas de Resultados Finais e do Censo Escolar emitido pelo órgão competente;

V - indicação e fotografias de modificações e melhorias feitas no prédio, instalações e equipamentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

- VI - demonstrativo de modificações e melhorias do material didático;
- VII - relação dos itens que enriqueceram o acervo bibliográfico e de multimídia;
- VIII - apresentação do Regimento Escolar, Proposta Pedagógica e Matriz Curricular;
- IX - relação da equipe administrativa, técnica e docente em atuação com comprovante da devida habilitação, vínculo e forma de ingresso, nos termos desta Resolução;
- X - relação do corpo docente com indicação de atividades de qualificação realizadas no período, como cursos, capacitações, aperfeiçoamentos e outros.

§ 1º - O não atendimento à exigência, contida neste artigo, implicará na necessidade da validação de estudos dos estudantes do nono ano por instituição de ensino devidamente credenciada e com o Ensino Fundamental reconhecido.

§ 2º - A instituição de ensino deverá, num prazo de 365 dias, após o término do ano letivo, em vigor, da turma do nono ano, objeto da validação de estudos, referida no parágrafo anterior, regularizar sua situação sob pena de cassação da Autorização do funcionamento e do Credenciamento.

§ 3º - O Conselho Municipal de Educação, no cumprimento de sua natureza técnico-pedagógica e de participação social, no desempenho de suas funções consultiva, normativa, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora, empreenderá esforços no sentido de acompanhar, junto a Secretaria Municipal de Educação, o desenvolvimento do processo de Reconhecimento do Ensino Fundamental, para que as instituições de as exigências referidas neste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

§ 4º - No caso de instituições de ensino em Diligência por não cumprimento dessas exigências, serão tomadas medidas adicionais no sentido do acompanhamento das referidas unidades.

Art. 40. O Reconhecimento de curso do Ensino Fundamental será concedido por até seis anos.

CAPÍTULO XIV

DA RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE CURSO

Art.41. Na renovação do Reconhecimento do curso do Ensino Fundamental observar-se-á o seguinte:

I - requerimento do gestor da instituição ao Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cedro;

II - comprovação da entrega dos Censos Escolares e das Atas de Resultados Finais, ao órgão competente, a partir do período do Reconhecimento;

III - comprovação de que os gestores, secretário, corpo técnico e docente estão devidamente habilitados, com vínculo e forma de ingresso, nos termos desta Resolução;

IV - indicação de modificações e melhorias feitas no prédio, instalações, equipamentos e material didático, bem como do enriquecimento do acervo bibliográfico e de multimídia;

V - Regimento Escolar, Proposta Pedagógica e Matriz Curricular devidamente atualizada;

VI - comprovação de aperfeiçoamento profissional do corpo docente;

Art. 42. A instituição de ensino deverá requerer a renovação do Reconhecimento do curso que ministrará até 120 (cento e vinte) dias antes de findo o prazo do Reconhecimento anterior.

CAPÍTULO XV



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO
Conselho Municipal de Educação

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. A instituição já credenciada para funcionar somente com os anos iniciais do Ensino Fundamental terá seus direitos assegurados, sendo que, a partir da data da publicação desta Resolução, a Autorização será concedida do primeiro ao oitavo ano, devendo, no último ano já ter obtido seu Reconhecimento ou estar em processo, devidamente comprovado.

Art. 44. As escolas com cursos nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial deverão cumprir também as exigências contidas em Resoluções específicas do Conselho Municipal de Educação de Cedro.

Art. 45. O CME elaborará formulários que deverão ser preenchidos pela instituição de ensino com vistas ao cumprimento das exigências contidas nesta Resolução os quais a esta se integrará.

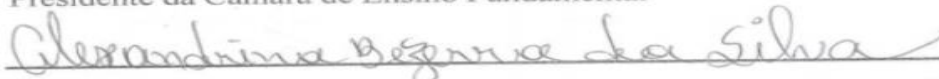
Art. 46. A instituição de ensino deverá afixar em local visível ao público o documento que ateste o seu Credenciamento e/ou Reconhecimento de curso, expedido pelo Conselho Municipal de Educação de Cedro.

Art. 47. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reunião da Secretaria Municipal de Educação de Cedro aos 24 de Outubro de 2016.

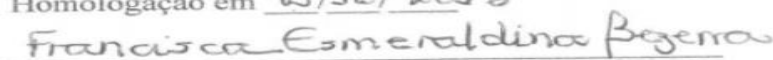


Presidente da Câmara de Ensino Fundamental



Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologação em 05/12/2016



Secretária Municipal de Educação.